

4 — Inscrições — os instrumentos comercializados ao abrigo deste despacho de aprovação deverão possuir em placa própria ou auto-colantes indestrutíveis, de forma legível e indelével, as seguintes inscrições:

Nome e morada do fabricante ou importador;
 Marca e modelo;
 Ano e número de fabrico.

5 — Marcações — os instrumentos deverão possuir em local visível a marcação correspondente ao símbolo de aprovação de modelo seguinte:



6 — Selagem — nos equipamentos constituintes, incluindo o computador central e os diversos periféricos, após o controlo metroológico, deverá ser aposto o símbolo de verificação metroológica correspondente.

7 — Validade — a validade desta aprovação de modelo é de dois anos a contar da data de publicação no *Diário da República*.

8 — Depósito de modelo — ficaram depositados no Instituto Português da Qualidade, I. P., desenhos de construção esquemáticos e fotografias do conjunto.

13 de Setembro de 2007. — O Presidente do Conselho de Administração, *Jorge Marques dos Santos*.

2611061054

Região de Turismo da Serra da Estrela

Aviso n.º 21 822/2007

Por deliberação da comissão executiva da Região de Turismo da Serra da Estrela em 24 de Agosto de 2007, ao abrigo das competências que lhe são delegadas, Bruno Nobre Pinge Gonçalves Alves, auxiliar de serviços gerais do quadro da Região de Turismo da Serra da Estrela, foi exonerado da função pública, a seu pedido, com efeitos a 6 de Agosto de 2007. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

24 de Outubro de 2007. — O Presidente, *Jorge Manuel Santos Silva Patrão*.

2611061147

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte

Despacho n.º 25 470/2007

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Janeiro, foi aberto o procedimento concursal e procedeu-se à publicação do processo de selecção do titular do cargo de direcção intermédia de 1.º grau — director de serviços de Inovação e Competitividade — constante da Portaria n.º 219-G/2007, de 28 de Fevereiro, no *Correio da Manhã*, no *Diário da República* e na bolsa de emprego público.

Decorreram as operações de selecção, a cargo do júri, de acordo com os métodos então publicitados na bolsa de emprego público.

Cumpridos todos os formalismos legais e concluídas as operações de selecção, propôs o júri, como resultado do respectivo processo de escolha e nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, para desempenhar o cargo o candidato José Manuel Moreira Nunes Matias.

Tendo em conta os fundamentos apresentados pelo júri nos relatórios que integram o procedimento, designadamente a aplicação da fórmula que traduz os métodos de selecção aos factos apurados, considero que, face a tais resultados, o candidato José Manuel Moreira Nunes Matias possui competência técnica e aptidão para o exercício do cargo e corresponde ao perfil exigido no respectivo concurso.

Assim:

Nomeio no cargo de director de serviços de Inovação e Competitividade o licenciado José Manuel Moreira Nunes Matias, em comi-

são de serviço e pelo período de três anos, nos termos dos n.ºs 8, 9 e 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

O presente despacho produz efeito à data da sua assinatura, 19 de Outubro de 2007. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

Nota curricular

Dados pessoais — José Manuel Moreira Nunes Matias, casado, nascido em 15 de Julho de 1962, natural de Lamego e residente no Alto das Cavadas, lote 13, Vila Pouca de Aguiar.

Formação académica:

Licenciatura em Engenharia Zootécnica;
 Pós-graduação em Desenvolvimento Local, Território, Sociedade e Cidadania.

Formação profissional — FORGEP — Curso de Formação em Gestão Pública.

Experiência profissional:

De Setembro de 1985 a Outubro de 1986 foi colaborador no projecto de investigação n.º 11 do Programa de Desenvolvimento Rural Integrado de Trás-os-Montes e Alto Douro (PDRITM), «Estudo da produtividade e rentabilidade dos bovinos locais»;

No ano lectivo de 1986-1987 leccionou na Escola Preparatória Monsenhor Jerónimo do Amaral, em Vila Real, a disciplina de Ciências da Natureza;

Em Outubro de 1987 ingressou na Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes, como tarefeiro, na Zona Agrária Alvão-Padrela, em Vila Pouca de Aguiar. Desempenhando as funções de vulgarizador especializado de gestão da empresa agrícola e de extensionista;

Foi monitor em várias acções de formação para jovens empresários agrícolas, nomeadamente nas áreas de: gestão da empresa agrícola; bovinicultura de leite; bovinicultura de carne; nutrição animal; melhoramento animal; cunicultura; produção de pequenos ruminantes; noções gerais de economia;

Nos anos de 1991 e 1992 foi coordenador da equipa de trabalho que elaborou o Programa de Desenvolvimento Agrário Regional do Alto Tâmega e Alvão-Padrela;

Em 1997 é nomeado supervisor do Agrupamento de Zonas Agrárias do Alto Trás-os-Montes, funções que desempenha até 2004, retomando as mesmas em 2005 até Fevereiro de 2007;

Fez parte do grupo de trabalho que está a desenvolver o Serviço Cooperativo de Extensão de Trás-os-Montes e Alto Douro (SCE-TAD), no âmbito do programa «Cidades virtuais», do Ministério da Ciência;

Faz parte da equipa de validação das acções realizadas no âmbito da medida n.º 4.2.1 do AGRIS, «Apoio ao melhoramento e preservação das Raças Autóctones»;

Em 1 de Março de 2007, é nomeado em regime de substituição director de serviços de Inovação e Competitividade, conforme o despacho n.º 10 121/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 105, de 31 de Maio de 2007.

19 de Outubro de 2007. — O Director Regional, *Carlos Alberto Moreira Alves d'Oliveira Guerra*.

Despacho n.º 25 471/2007

Atendendo à necessidade de imprimir maior celeridade às decisões administrativas, delego, ao abrigo do disposto no artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, nos dirigentes inframencionados a competência para a prática do seguinte acto:

- 1) Director de serviços de Planeamento e Controlo — engenheiro Francisco Abreu Lima;
- 2) Directora de serviços de Apoio e Gestão de Recursos — Dr.ª Adília Domingues;
- 3) Director de serviços de Inovação e Competitividade — engenheiro José Matias;
- 4) Director de serviços de Valorização Ambiental e Sustentabilidade — engenheiro Rui Martins;
- 5) Director de serviços de Agricultura e Pescas — engenheiro Manuel Ovelheiro;

Autorizar o abono de ajudas de custo até ao limite de 25 % aos funcionários dependentes das respectivas unidades orgânicas quando deslocados do seu domicílio necessário por motivo de serviço público.

Pelo presente despacho ratifico todos os actos praticados no âmbito dos poderes delegados, pelos dirigentes supra-referidos, entre 15 de Outubro de 2007 e a data de publicação do presente despacho.

19 de Outubro de 2007. — O Director Regional, *Carlos Alberto Moreira Alves d'Oliveira Guerra*.

Despacho n.º 25 472/2007

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Janeiro, foi aberto o procedimento concursal e procedeu-se à publicação do processo de selecção do titular do cargo de direcção intermédia de 1.º grau — director de serviços de Planeamento e Controlo — constante da Portaria n.º 219-G/2007, de 28 de Fevereiro, no *Correio da Manhã*, no *Diário da República* e na bolsa de emprego público.

Decorreram as operações de selecção, a cargo do júri, de acordo com os métodos então publicitados na bolsa de emprego público.

Cumpridos todos os formalismos legais e concluídas as operações de selecção, propôs o júri, como resultado do respectivo processo de escolha e nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, para desempenhar o cargo o candidato Francisco Manuel Mendonça de Abreu e Lima.

Tendo em conta os fundamentos apresentados pelo júri nos relatórios que integram o procedimento, designadamente a aplicação da fórmula que traduz os métodos de selecção aos factos apurados, considero que face a tais resultados o candidato Francisco Manuel Mendonça de Abreu e Lima possui competência técnica e aptidão para o exercício do cargo e corresponde ao perfil exigido no respectivo concurso.

Assim:

Nomeio no cargo de director de serviços de Planeamento e Controlo o licenciado Francisco Manuel Mendonça de Abreu e Lima, em comissão de serviço e pelo período de três anos, nos termos dos n.ºs 8, 9 e 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

O presente despacho produz efeito à data da sua assinatura. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

Nota curricular

Dados pessoais — Francisco Manuel Mendonça de Abreu e Lima, casado, nascido em 7 de Novembro de 1952, natural de Santo Ildefonso e residente na Avenida do Conselheiro Abílio Beça, 140, 5370 Mirandela.

Formação académica — licenciatura em Engenharia Agronómica.
Formação profissional — FORGEP — curso de formação em Gestão Pública.

Experiência profissional:

Responsável pela Zona Agrária do Douro Superior Norte de 2 de Maio de 1983 a 13 de Fevereiro de 1989;

Chefe de Zona Agrária do Douro Superior Norte de 14 de Fevereiro a 30 de Junho de 1989;

Chefe de divisão de Estudos de 7 de Maio de 1997 a 22 de Dezembro de 2003;

Chefe de divisão de Estudos de 15 de Dezembro de 2004 a 28 de Fevereiro de 2007;

Em 1 de Março de 2007 é nomeado, em regime de substituição, director de serviços de Planeamento e Controlo, conforme o despacho n.º 10 120/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 105, de 31 de Maio de 2007.

19 de Outubro de 2007. — O Director Regional, *Carlos Alberto Moreira Alves d'Oliveira Guerra*.

Despacho n.º 25 473/2007

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Janeiro, foi aberto procedimento concursal e procedeu-se à publicação do processo de selecção do titular do cargo direcção intermédia de 1.º grau — director de serviços de Apoio e Gestão de Recursos — constante da Portaria n.º 219-G/2007, de 28 de Fevereiro, no *Correio da Manhã*, no *Diário da República* e na bolsa de emprego público.

Decorreram as operações de selecção, a cargo do júri, de acordo com os métodos então publicitados na bolsa de emprego público.

Cumpridos todos os formalismos legais e concluídas as operações de selecção, propôs o júri, como resultado do respectivo processo de escolha e nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, para desempenhar o cargo a candidata Adília Josefina Ribeiro Domingues.

Tendo em conta os fundamentos apresentados pelo júri nos relatórios que integram o procedimento, designadamente a aplicação da fórmula que traduz os métodos de selecção aos factos apurados, considero que, face a tais resultados, a candidata Adília Josefina Ribeiro Domingues possui competência técnica e aptidão para o exercício do cargo e corresponde ao perfil exigido no respectivo concurso.
Assim:

Nomeio no cargo de director de serviços de Apoio e Gestão de Recursos a licenciada Adília Josefina Ribeiro Domingues, em comissão de serviço e pelo período de três anos, nos termos dos n.ºs 8, 9 e 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

O presente despacho produz efeito à data da sua assinatura. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

Nota curricular

Dados pessoais — Adília Josefina Ribeiro Domingues, casada, nascida em 20 de Junho de 1961, natural de Monção e residente na Rua de Fernando Morais, lote 58, 5370 Mirandela.

Formação académica — licenciatura em Direito.

Formação profissional:

FORGEP — curso de formação em Gestão Pública;

Participou em diversas acções de formação, nas seguintes áreas:

- 1) Recursos humanos, contencioso administrativo, contratação pública, direito criminal e contra-ordenacional;
- 2) Ciências comportamentais;
- 3) Técnicas de informação e conhecimento.

Experiência profissional:

Em 1 de Fevereiro de 1990 foi contratada pela Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes para desempenhar funções de consultadoria jurídica;

Em 7 de Maio de 1997 é nomeada coordenadora do núcleo de apoio jurídico da então Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes;

Em 1 de Dezembro de 2004 é nomeada chefe de divisão de Formação e Gestão de Recursos Humanos, em regime de substituição e por urgente conveniência de serviço, conforme o despacho n.º 20/DIR/2004, de 26 de Novembro, do director regional de Agricultura de Trás-os-Montes e o despacho n.º 26 153/2004, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 17 de Dezembro de 2004;

Exerceu funções de chefe de divisão de Formação e Gestão de Recursos Humanos em comissão de serviço de 29 de Dezembro de 2004 até 28 de Fevereiro de 2007, conforme o despacho n.º 1021/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 11, de 17 de Janeiro de 2005;

Em 1 de Março de 2007 é nomeada, em regime de substituição, directora de serviços de Apoio e Gestão de Recursos, conforme o despacho n.º 10 124/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 105, de 31 de Maio de 2007.

19 de Outubro de 2007. — O Director Regional, *Carlos Alberto Moreira Alves d'Oliveira Guerra*.

Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo

Despacho (extracto) n.º 25 474/2007

Através do meu despacho de 30 de Março de 2007, com a rectificação introduzida por despacho de 2 de Abril de 2007, foi aberto o procedimento de selecção de pessoal a reafectar à Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo ou a colocar em mobilidade especial, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 16.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro.

José Manuel Batista Varela Gusmão foi destacado para a Direcção-Geral de Veterinária por despacho de 1 de Março de 2007 do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, situação em que se mantinha em 30 de Março de 2007, data do início do procedimento acima referido.

O acima identificado funcionário interpôs no Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja uma acção administrativa especial, contra o MADRP, na qual solicitou:

- a) A anulação do despacho do seu destacamento da Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo para a Direcção-Geral de Veterinária;
- b) A declaração de incompetência da Direcção-Geral de Veterinária para o incluir nas listas nominativas dos postos de trabalho;
- c) A sua inclusão por parte da Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo no procedimento de reestruturação incluindo-o